



MUNICIPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO ALTO
Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral

Decreto n.2319, de 02 de maio de 2023

***Consolida a Legislação Tributária do Município
de São Sebastião do Alto – RJ, e dá outras providencias***

***O Prefeito do Município de São Sebastião do Alto-Estado do Rio de Janeiro, no
uso de suas atribuições legais, e***

CONSIDERANDO a necessidade de facilitar o acesso do cidadão ao Ordenamento Tributário Municipal, considerando a expressiva quantidade de leis, e constante alteração das mesmas das mesmas, que nem sempre são compiladas;

CONSIDERANDO a exigência elencada no Plano de Ação, referente a Auditoria do TCE/RJ, através do Processo TCE n.210.177-3/20;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal, a administração superior do Município, na forma do Artigo 75, II da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Artigo 1º. Aprova a consolidação da legislação tributária vigente no Município de São Sebastião do Alto-RJ, nesta data, na forma do Anexo Único deste Decreto.

Artigo 2º - A consolidação das leis tributárias, será de realizada pela Secretaria de Fazenda em conjunto com a Procuradoria-Geral, sendo atualizada, anualmente, ou na medida que se fizer necessário, e disponibilizada no site da Prefeitura Municipal, www.ssalto.rj.gov.br em ícone próprio.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Artigo 4º – Revogam- se as disposições em contrário.

São Sebastião do Alto, 02 de maio de 2023


Alif Rodrigues da Silva
Prefeito Municipal

Leis Municipais	Assunto	Data	Observações
Lei Municipal nº 011-1980	Código Tributário Municipal	1980	
Lei Municipal nº 092-1989	ITBI	1989	
Lei Municipal nº 110-1989	Unidade Fiscal do Município	1989	
Lei Municipal nº 348-2000	Atualização de Crédito	2000	
Lei Complementar nº 002-2003	ISSQN	2003	
Lei Complementar nº 003-2009	ISSQN	2009	
Lei Complementar nº 009-2015	Altera Lei Municipal nº 11-1980	2015	
Lei Complementar nº 012-2017	ISSQN	2017	
Lei Complementar nº 005-2014	Parcelamento de Débitos	2014	
Lei Municipal nº 702-2015	ISSQN	2015	
Lei Municipal nº 828-2020	Convalida os Termos do Artigo 3º do Decreto nº 1971-2020	2020	
Lei Complementar nº 014-2020	Altera Lei Municipal nº 02-2003 - ISSQN	2020	
Lei Municipal nº 866-2022	Concede Isenção e/ou Remissão de IPTU para Imóveis Interditados	2022	
Lei Complementar n. 10, de 26 de agosto de 2016	Planta Genérica de Valores	2016	
Decreto Municipal nº 1.271-2011	Regula, Fixa e Institui os Fatores Corretivos Imobiliários do Município, Formulas e Dá Outras Providências para Efeito de Cálculo e Lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	2011	
Decreto Municipal nº 1.640-2015	Regulamenta a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	2015	